8º FÓRUM ABERTO DE EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

📝 **Inscrições até as 12h do dia 19-11-2026, neste link.**



DATA/PERÍODO	**23-11-2026 (2ª-feira)**
HORÁRIO	9h às 11h30 / 13h30 às 18h
FORMATO	Seminário
MODALIDADE	Presencial
APOIO, PARCERIA	Coletivo Negro do TRT4, Comitê Gestor de Equidade de Gênero, Raça e Equidade, Comissão de Direitos Humanos e Trabalho Decente e Assessoria de Promoção dos Direitos Humanos e do

	Trabalho Decente.		
DIÁRIAS	• Há previsão de pagamento de diárias aos(às) magistrados(as) do TRT4. • Há previsão de pagamento de diárias para até 50 servidores(as) do TRT4 lotados(as) no interior do Estado, exclusivamente entre aqueles(as) que realizarem inscrição até as 12h do dia 18-11. • Caso o número de servidores(as) interessados(as) que atendam aos requisitos seja superior à quantidade de diárias disponíveis, será realizado sorteio às 16h do dia 18-11, na sede da EJud4. Reembolsos de despesas com transporte poderão ser solicitados por todos(as) os(as) magistrados(as) e servidores(as) do TRT4 interessados(as), conforme orientações disponíveis aqui.		
LOCAL	Plenário Milton Varela Dutra - TRT4 (Av. Praia de Belas, 1.100, Porto Alegre, RS).		
DOCENTES	**Papel**	**Nome completo**	**Currículo resumido**
1	Docente	**Alessandra Pio**	Professora e palestrante.
2	Moderador(a)	**Ana Lucia Silva Diogo**	Servidora do TRT4.
3	Docente	**Bárbara Carine Pinheiro**	Professora, escritora e palestrante.
4	Moderador(a)	**Brígida Charão Barcelos**	Desembargadora do TRT4.
5	Moderador(a)	**Fernanda Maria Aguilhera Santos**	Servidora do TRT4.
6	Docente	**João Victor Martins Saraiva**	Professor e palestrante.
PÚBLICO-ALVO	Magistrados(as), servidores(as) e estagiários(as) do TRT4; Magistrados(as) e servidores(as) aposentados(as) do TRT4; Magistrados(as) e servidores(as) de outros TRTs; Público externo em geral.		
VAGAS/Nº DE PARTICIPANTES	400 vagas		
CARGA HORÁRIA	7 horas-aula		
JUSTIFICATIVA	A promoção da equidade racial constitui um compromisso permanente das instituições públicas e pressupõe não apenas o reconhecimento das desigualdades historicamente construídas na sociedade brasileira, mas também a adoção de práticas capazes de enfrentar seus efeitos nas relações sociais e de trabalho. No âmbito do Poder Judiciário, esse compromisso exige atenção às formas pelas quais o racismo pode se manifestar na cultura organizacional, nas relações interpessoais, nos processos de gestão e nas oportunidades de desenvolvimento profissional. Nas últimas décadas, as políticas de ações afirmativas representaram avanços importantes na ampliação do acesso de pessoas negras ao serviço público. Entretanto, a promoção da igualdade racial não se esgota no ingresso nas instituições. É necessário refletir também sobre as condições de permanência, valorização, desenvolvimento na carreira e participação nos espaços de liderança e decisão, reconhecendo que práticas aparentemente neutras podem contribuir para a reprodução de desigualdades. Nesse contexto, o letramento racial apresenta-se como instrumento fundamental para compreender as relações entre raça, poder e desigualdade, identificar manifestações do racismo estrutural e institucional e desenvolver uma postura crítica diante de comportamentos e práticas historicamente naturalizados. Mais do que conhecer conceitos, trata-se de reconhecer como as		

	questões raciais atravessam o cotidiano profissional e de compreender a responsabilidade de cada pessoa e da própria instituição na construção de ambientes de trabalho mais equitativos. Essa responsabilidade não pode ser atribuída exclusivamente às pessoas negras, tampouco limitada à manifestação individual de atitudes discriminatórias. O enfrentamento do racismo demanda compromisso coletivo, participação ativa das lideranças e disposição institucional para examinar procedimentos, critérios e práticas que possam produzir ou perpetuar desigualdades. Nesse processo, a formação continuada constitui uma oportunidade de transformar conhecimento e reflexão em práticas concretas de gestão, convivência e tomada de decisão. A realização do 8º Fórum Aberto de Educação Antirracista, com o tema “Letramento Racial para Relações de Trabalho”, reafirma o compromisso do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região com a promoção dos direitos humanos, da diversidade e da equidade racial, em consonância com as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Destinado prioritariamente à formação de magistrados, magistradas, servidores e servidoras, com especial atenção àqueles que exercem funções de gestão e liderança, o evento busca proporcionar um espaço de aprendizagem, reflexão e diálogo sobre o racismo e seus efeitos nas relações de trabalho. Ao reunir diferentes perspectivas acadêmicas e experiências de atuação no campo da educação antirracista, das políticas públicas e das relações étnico-raciais, o Fórum pretende contribuir para o desenvolvimento de uma consciência crítica e para o fortalecimento de práticas institucionais comprometidas com a igualdade de oportunidades, o respeito à diversidade e a responsabilidade compartilhada no enfrentamento da discriminação racial.
EMENTA	Fundamentos do letramento racial e da educação antirracista. Raça, racismo e relações de poder na sociedade brasileira. Racismo estrutural, institucional e suas manifestações nas relações de trabalho. Branquitude, privilégios, vieses raciais e naturalização das desigualdades. Interseccionalidade e seus impactos nas trajetórias profissionais. Ações afirmativas, igualdade de oportunidades, desenvolvimento na carreira e representatividade nos espaços de liderança e decisão. Comunicação, convivência e enfrentamento de práticas discriminatórias no ambiente institucional. Responsabilidade individual, coletiva e organizacional na promoção da equidade racial. Liderança e gestão antirracista no serviço público. O papel do Poder Judiciário na construção de uma cultura institucional comprometida com os direitos humanos, a diversidade e a igualdade racial.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO	**Eixo 1 — Racismo institucional, desigualdades raciais e o papel das instituições públicas** Palestrante: João Víctor Martins Saraiva ● Formação histórica das desigualdades raciais na sociedade brasileira. ● Racismo estrutural e institucional: conceitos e manifestações no serviço público. ● Relações entre raça, poder e participação nos espaços de decisão. ● Políticas de ações afirmativas: acesso, permanência, desenvolvimento profissional e representatividade. ● O papel das instituições públicas na promoção da equidade racial e na superação de desigualdades. **Eixo 2 — Letramento racial e educação antirracista: da consciência à prática institucional** Palestrante: Alessandra Pio ● Fundamentos do letramento racial e da educação para as relações étnico-raciais. ● Branquitude, privilégios, estereótipos e vieses raciais. ● Interseccionalidade e seus efeitos nas experiências e trajetórias profissionais. ● Identificação e enfrentamento de práticas discriminatórias naturalizadas no cotidiano de trabalho. ● Educação antirracista como processo contínuo de aprendizagem, reflexão e transformação das relações institucionais. **Eixo 3 — Para além do discurso: o compromisso coletivo com uma cultura antirracista** Palestrante: Bárbara Carine ● Responsabilidade individual, coletiva e institucional no enfrentamento do racismo. ● Protagonismo negro e compromisso das pessoas não negras com a transformação das relações raciais. ● Racismo cotidiano, comunicação e relações interpessoais no ambiente profissional.

	● Liderança e gestão antirracista: práticas de inclusão, valorização da diversidade e igualdade de oportunidades. ● Do reconhecimento das desigualdades à construção de práticas e ambientes de trabalho antirracistas.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	● Compreender os fundamentos do letramento racial e os conceitos de racismo estrutural, institucional e interpessoal, reconhecendo suas manifestações no cotidiano das organizações públicas. ● Identificar como a branquitude, os privilégios, os vieses raciais e a naturalização de determinadas práticas podem contribuir para a reprodução de desigualdades nas relações profissionais. ● Refletir sobre os limites das políticas de ações afirmativas restritas ao ingresso no serviço público, considerando a importância da igualdade de oportunidades, da valorização profissional e da representatividade racial nos espaços de gestão e decisão. ● Reconhecer a influência das desigualdades raciais e de suas intersecções com outras dimensões sociais nas trajetórias profissionais e nas experiências de trabalho. ● Analisar o papel das lideranças e dos processos de gestão na prevenção de práticas discriminatórias e na promoção de relações de trabalho pautadas pelo respeito, pela equidade e pela valorização da diversidade. ● Compreender o enfrentamento do racismo como responsabilidade compartilhada, que exige participação ativa de todas as pessoas, independentemente de seu pertencimento racial, e compromisso efetivo das instituições. ● Estimular a reflexão crítica sobre atitudes, procedimentos e práticas organizacionais, favorecendo a identificação de possibilidades concretas de transformação do ambiente institucional. ● Fortalecer o diálogo, a troca de experiências e o compromisso coletivo com a construção de uma cultura organizacional antirracista no âmbito da Justiça do Trabalho.
METODOLOGIA	A metodologia será desenvolvida por meio de palestras expositivo-dialogadas e atividade participativa, fundamentadas nos princípios da andragogia e da aprendizagem significativa. Os conteúdos serão relacionados às experiências dos participantes e às situações concretas do ambiente de trabalho. Será realizada uma dinâmica de reconhecimento de privilégios, a partir da análise de situações cotidianas, estimulando a reflexão crítica sobre desigualdades raciais e práticas institucionais. Serão incentivados o diálogo, a troca de experiências e a aplicação dos conhecimentos nas relações profissionais.
AVALIAÇÃO	**Magistrados(as), servidores(as) e estagiários(as) do TRT4; Magistrados(as) e servidores(as) de outros regionais:** - Avaliação de reação; - Avaliação de aprendizagem (registro reflexivo). Os(as) participantes receberão aviso por e-mail, do sistema SisEJud, quando as avaliações estiverem disponíveis para preenchimento e deverão observar o prazo informado.
CERTIFICAÇÃO	**- Magistrados(as), servidores(as) e estagiários(as) do TRT4; Magistrados(as) e servidores(as) de outros regionais:** Terão direito à certificação aqueles(as) que registrarem frequência nas atividades (mínima de 75%, para servidores e servidoras, e de 100%, para magistrados e magistradas) e responderem a avaliação de aprendizagem satisfatoriamente, dentro do prazo informado. - **Magistrados(as) e servidores(as) do TRT4 aposentados(as) e público externo (advogados/as, estudantes, público em geral):** Para aqueles(as) que registrarem a frequência, será disponibilizada uma **declaração de participação**, que poderá ser consultada pelos(as) próprios(as) interessados(as) diretamente no SisEJud.
ACESSIBILIDADE	- Interpretação simultânea em Libras - Audiodescrição - Legendagem (automática)
FINALIDADES	- Magistrados(as): Formação Continuada; Desenvolvimento Gerencial; Promoção por Merecimento, Diversidade, Equidade e Inclusão; Prevenção de Assédios; - Servidores(as): Adicional de Qualificação; Desenvolvimento Gerencial; Diversidade, Equidade e Inclusão; Prevenção de Assédios; Promoção.

PROGRAMA	**9h:** Mesa de abertura - Administração, Escola Judicial, Corregedoria, Coletivo Negro, Comitê de Equidade e Comissão de DH **09h30 às 11h30:** Palestrante: **João Victor Saraiva** Mediadora: Fernanda Aguilhera **11h30 às 13h30:** Intervalo para almoço **13h30 às 15h:** Palestrante: **Alessandra Pio** Mediadora: Ana Lúcia Diogo **15h às 17h:** Palestrante: **Bárbara Carine** Mediadora: Desa. Brígida Barcelos **17h:** Café de encerramento com ***Grupo Desagravo***
BIBLIOGRAFIA SUGERIDA	AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade.** São Paulo: Pólen, 2019. ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019. (Feminismos Plurais). BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011. CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser.** Rio de Janeiro: Zahar, 2023. COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento.** São Paulo: Boitempo, 2019. DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016. EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água.** Rio de Janeiro: Pallas, 2014. FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** São Paulo: Ubu Editora, 2020. GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação.** Petrópolis: Vozes, 2017. GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982. hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013. KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano.** Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. MILLS, Charles W. **O contrato racial.** Rio de Janeiro: Zahar, 2023. MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo.** São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** 5. ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje.** São Paulo: Global, 2006. NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado.** São Paulo: Perspectiva, 2016. PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista.** São Paulo: Planeta do Brasil, 2023. PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Raça social: uma leitura sobre a racialidade brasileira.** São Paulo: Planeta, 2026. RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 136 p. SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo.** São Paulo: Annablume, 2014. SOUZA, Jessé. **Como o racismo criou o Brasil**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021. SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social.** Rio de Janeiro: Zahar, 2021. TOLENTINO, Luana. **Outra educação é possível: feminismo, antirracismo e inclusão em sala de aula.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 2018.
OBSERVAÇÕES	**Servidores(as) do TRT4:** 1. Lembre-se de comunicar a inscrição no curso à sua chefia imediata. 2. Nos termos do disposto no § 2º do art. 6º da Resolução 159/2015 do CSJT, não poderão participar de ações de capacitação os servidores em gozo de férias, ou usufruindo as licenças previstas nos incisos I a VII do artigo 81, detalhadas nos artigos 83, 84, 85, 86, 87, 91 e 92, os afastamentos previstos nos artigos 93, 94, 95, 96-A, assim como as licenças dispostas nos artigos 202, 207, 208, 210 e 211, todos da Lei nº 8.112/90. **Magistrados(as) do TRT4:** Em atendimento à solicitação da Corregedoria Regional, informamos que, no período de frequência do curso, não haverá substituição por outro(a)

	magistrado(a) e que as pautas porventura remanejadas serão realizadas necessariamente pelo(a) interessado(a). *Com o objetivo de promover a sustentabilidade e a redução de consumo de materiais, informamos que não forneceremos mais blocos de anotações e canetas em nossos eventos. Solicitamos a gentileza de que cada participante traga seu próprio material para anotações. Agradecemos a compreensão!*



Este evento atende ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU nº

10 - Redução de desigualdades
16 - Paz, justiça e instituições eficazes

Acesse aqui os tutoriais para inscrições e acesso ao Sistema da Escola Judicial:

🔗 1) Público interno do TRT4 - magistrados(as) e servidores(as), inclusive aposentados(as);
🔗 2) Público externo.

CURRÍCULOS COMPLETOS

Alessandra Pio
Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com estágio doutoral na New York University (UFRJ/NYU, 2020), Mestra em Educação (UFRJ, 2012) e Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal Fluminense (UFF, 2004). Atualmente é Professora Adjunta na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), atuando nas áreas de Organização do Trabalho Pedagógico e Educação das Relações Étnico-raciais na Escola. É docente permanente dos Programas de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc) e em Ensino de História (ProfHistória) na mesma instituição. Líder do Grupo de Pesquisa PERERÊ (Pesquisas e Estudos Sobre Relações Étnico-raciais em Educação), coordena projetos de pesquisa e extensão voltados aos Valores Civilizatórios Afro-brasileiros, com financiamento do CNPq Universal) e da CAPES (PIBID). Possui sólida trajetória na Educação Básica (18 anos), tendo atuado como Pedagoga no Colégio Pedro II (2004-2021), onde foi a primeira Coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB/CPII), e como Professora Alfabetizadora na Rede Municipal de Duque de Caxias/RJ (2007-2018). No âmbito institucional, serviu como Secretária Executiva da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN) onde instituiu o Fórum Nacional de Educação Básica (FNEB, 2017). Atua como Especialista e Consultora Técnica em Relações Étnico-raciais, colaborando com o MEC/SECADI na elaboração dos Protocolos de Identificação e Resposta ao Racismo (2026) e integrando as Comissões de Avaliação (EJA,2024) e Técnica do PNLD (Ensino Fundamental, 2026). É avaliadora ad hoc de periódicos científicos e consultora em processos de avaliação educacional.Principais reconhecimentos: Agraciada com o Prêmio Igualdade de Gênero (CNPq) e com a Moção de Louvor e Aplausos da Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro (2026). Tem experiência na área de Educação com ênfase em Relações Étnico-raciais, Didática e Organização do Trabalho Pedagógico, Formação de Professores e Ações Afirmativas. *(lattes: 30/08/2026)*

Bárbara Carine
Bárbara Carine é mãe, mulher negra cis, baiana, filha de quilombola, professora, escritora, empresária, palestrante, curadora no selo Atotô editorial, influenciadora como @uma_intelectual_diferentona, formada em Química e em Filosofia pela UFBA, além de mestra e doutora em Ensino, Filosofia e História das Ciências pela UFBA/UEFS. Realizou estágio de pós-doutorado na Cátedra de Educação Básica IEA/USP. Atualmente, é professora adjunta (licenciada) do Instituto de Química da UFBA e idealizadora afro-brasileira Escola Maria Felipa, primeira escola afro-brasileira do país. Vencedora do Prêmio Sim à Igualdade Racial do ID_BR em 2026 na Categoria Intelectualidade no Pilar Educação. É autora de diversos livros como o best#8209;seller Como ser um educador antirracista, vencedor do prêmio Jabuti 2024 na categoria

Educação *(lattes: 21/07/2026)*

João Víctor Martins Saraiva
Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestre em Relações Internacionais pela PUC Minas, com pesquisa sobre desigualdades étnico-raciais na formação dos Estados latino-americanos. Possui MBA em Liderança e Gestão Pública pelo Centro de Liderança Pública (CLP), é graduado em Relações Internacionais pela PUC Minas, com pesquisa financiada pelo PROBIC/FAPEMIG sobre o combate ao narcotráfico na América Latina, e em Ciências Sociais pela UFMG, onde integrou o Grupo de Pesquisa em Democracia e Justiça MARGEM, no Departamento de Ciência Política. Possui ainda formação complementar em Direito Muçulmano e Islâmico pela Fundação Escola Superior do Ministério Público de Minas Gerais (FESPMG). É professor de Gestão de Projetos no MBA de ESG e Inovação na PUC Minas e facilitador em programas nacionais de formação de lideranças e políticas públicas, promovidos por instituições como a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e a Fundação João Pinheiro. Integra redes de liderança como o Centro de Liderança Pública (CLP), o Instituto Identidades do Brasil (ID_BR) e o RenovaBR. Elaborou relatórios técnicos para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) sobre inovação digital em parlamentos e participação democrática, e foi monitor no projeto acadêmico Conjuntura Internacional (UFMG). Como consultor do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Sistema ONU Brasil, participou da elaboração do relatório Racismo e Democracia, que abordou as disparidades raciais em segurança pública, justiça, saúde e trabalho e renda.Atuou como Assessor em Projetos Estratégicos de Combate à Pobreza na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais (SEDESE-MG), contribuindo para programas intersetoriais como o Percursos Gerais: Trajetória para Autonomia. Atualmente, é servidor do Ministério de Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), com atuação voltada para reconhecimento, memória e redução de desigualdades. Internacionalmente, foi reconhecido como liderança emergente de países em desenvolvimento, integrando a Delegação Brasileira na 3ª Conferência de Paz de Haia (Holanda), ao lado de outras 76 jovens lideranças de todo o mundo. Seus interesses acadêmicos e profissionais incluem desigualdades raciais, combate à pobreza, inovação em políticas públicas, participação democrática, comunicação estratégica e geopolítica contemporânea. *(lattes: 13/05/2026)*